

TECENDO NARRATIVAS SOBRE O TRABALHO SEXUAL NO BRASIL

Clara Luisa Oliveira Silva¹

Ana Paula da Silva²

Andreia Skackauskas Vaz de Mello³

Letícia Cardoso Barreto⁴

Apresentamos, com muita alegria, o dossiê “Trabalho sexual: uma discussão sobre direitos, políticas e práticas”, o qual reúne uma coletânea de textos que traz contribuições valiosas para a discussão sobre trabalho sexual no Brasil. Sua construção não foi fácil. Foi atrasada em quase dois anos, em função do drama vivido por todos nós com a pandemia de Covid-19, e suas consequências nas nossas vidas, com a suspensão da rotina e a reorganização do cotidiano a partir de outros ritmos e espaços.

Desde a escrita de sua proposta, o dossiê foi constituído a partir de um esforço coletivo de mulheres que, situando-se em diferentes campos disciplinares, pesquisam (ou

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora EBTT do Instituto Federal de São Paulo. <http://lattes.cnpq.br/3224966636344231>. <https://orcid.org/0000-0002-3343-6439>. claralasilva@hotmail.com. Endereço para correspondência: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Sorocaba. Rua Maria Cinto de Biaggi, 130, Jardim Santa Rosália, Sorocaba, SP, Brasil. CEP: 18095-410. Telefone: (55 15) 33210010.

² Doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/8469871668400038>. <https://orcid.org/0000-0002-1827-3678>. ana51@uol.com.br.

³ Doutora em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora Independente. <http://lattes.cnpq.br/1129371375721359>. <https://orcid.org/0000-0003-3469-3872>. andreiaskack80@gmail.com.

⁴ Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Efetiva da Universidade do Estado de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/4839379344112246>. <https://orcid.org/0000-0002-4119-1961>. leticiacardosobarreto@gmail.com.

pesquisaram nos últimos anos) as dinâmicas que envolvem o trabalho sexual. Nós, editoras especiais, somos, cada uma, vinculadas a uma área de conhecimento distinta, a saber: Antropologia, Administração, Psicologia e Sociologia. Além disso, as autoras e os autores que responderam a esta chamada da Revista Farol se vinculam aos âmbitos do Direito, da Ciência Política, da Antropologia, da Sociologia e da Administração. Neste sentido, importa dizer a respeito da transdisciplinaridade que caracteriza a produção deste dossiê (Maldonado-Torres, 2016), e que consolida a potência de um debate sobre trabalho sexual, debate este construído nas intersecções epistêmicas e metodológicas de diferentes áreas de conhecimento, e isso em uma época de desvalorização da ciência e das universidades públicas por parte de um (des)governo conservador e autoritário sob o qual (sobre)vivemos atualmente.

O presente dossiê foi organizado tendo em vista o objetivo de refletir sobre os aspectos concretos e simbólicos que caracterizam o trabalho sexual, e como tais aspectos se articulam a diferentes modos de se fazer política em um campo em que estão em jogo direitos trabalhistas, direitos sexuais e direitos ao corpo. Alinhamo-nos a uma concepção teórica e política que considera a prostituição como sendo um trabalho (Juliano, 2005; Prada, 2018; Grant, 2021 [2014]) frequentemente precarizado em virtude do status “semicriminoso” que a prostituição tem no Brasil. Apesar disso este trabalho comumente se mostra como uma possibilidade de escolha realizada por mulheres e homens, cisgêneros e transgêneros, dentre outros trabalhos precários que, comumente são atribuídos aos corpos com determinadas marcas sociais de gênero, classe, raça.

Referimo-nos à prostituição neste texto, mas reforçamos o entendimento de que se trata de apenas uma das práticas em meio aos múltiplos arranjos sociais que se originam das relações entre economia e sexualidade (Zelizer, 2011), arranjos sociais estes que constituem os mercados do sexo, conceito que vem sendo discutido por Adriana Piscitelli (2005; 2016). Segundo Piscitelli (2016):

Essa formulação apresenta possibilidades analíticas para considerar as diferentes “escalas” nas quais tem lugar a prostituição e, sobretudo, é fértil em termos de possibilitar a análise do trabalho sexual conjuntamente com outros intercâmbios, incluindo modalidades de trocas que não se confundem com a prostituição.

E, especialmente, neste dossiê, temos a oportunidade de ler sobre estas diferentes configurações assumidas pelo trabalho sexual remunerado, o qual, por vezes, é considerado prostituição, e em outras, não.

A contrapelo, sabemos que as noções atinentes ao trabalho sexual têm sido disputadas em diversas instâncias da esfera pública, o que tem implicações para o(s) modos(s) de fazer política na e sobre a prostituição, bem como para a reivindicação de direitos para quem exerce o trabalho sexual.

O trabalho sexual foi reconhecido como uma ocupação, no ano de 2002, quando o verbete “profissionais do sexo” passou a figurar na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). No Brasil, ser prostituta não é crime. E, pelo menos até o fechamento deste dossiê, quem paga pelos serviços sexuais de outra pessoa também não é considerado criminoso. De acordo com o Código Penal, tipifica-se todo o entorno da prostituição como atividade criminosa, precisamente, aqueles que mantêm casas de prostituição ou que de alguma forma tiram proveito da “prostituição alheia”⁵. Projetos de lei, como os apresentados por Fernando Gabeira, PL 98/2003, e Jean Wyllys, PL 4.211/12, e que propunham formas de regulamentação da prostituição, foram ambos arquivados.

O cenário político-institucional em que vivemos pode ser interpretado considerando os aspectos que constituem o que Ronaldo Almeida (2017) chamou de “onda conservadora”, em que uma das linhas de força composta, em sua maioria, por agentes

⁵ Referência aos artigos 228, 229 e 230 do Código Penal Brasileiro.

políticos das religiões cristãs, empreendem uma disputa pela moralidade pública⁶. Neste contexto, projetos como os do deputado João Campos, o PL 377/11, que propõe a criminalização de quem contrata serviços sexuais, e a indicação protocolada pelo deputado Pastor Flavinho, INC 2371/2016, que recomenda a retirada da ocupação “profissional do sexo” da CBO, são modelos de proposições legislativas que parecem se destacar em um horizonte de discussões a respeito de trabalho sexual.

As imprecisões discursivas na “letra da lei” que, indiretamente equipara a prostituição a uma forma de exploração sexual⁷, são estratégicas para situar a prática nas margens da sociedade, e, o pior, para colocar nas mãos dos ditos aplicadores da lei a interpretação sobre o que é crime ou não. E chamamos atenção aqui para a incorreta associação da prostituição com o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, não obstante os avanços trazidos desde a ratificação pelo Brasil do Protocolo de Palermo, em 2004, e as mudanças efetivas no Código Penal, em 2016, sobre o tráfico de pessoas. A propósito, pesquisadoras e pesquisadores do Brasil e de outros países tem levantado questões a respeito das consequências de uma articulação de uma agenda anti-tráfico e o trabalho sexual para os regimes de mobilidades das pessoas entre as fronteiras nacionais, principalmente os trânsitos dos países do sul para os países do norte (Doezema, 1999; Kempadoo, 2005; 2016; Agustin, 2007; Silva; Blanchette, 2005; Piscitelli, 2013; Blanchette, & Silva, & Bento, 2013; Sprandel, 2016).

A discussão sobre o trabalho sexual não se faz também sem tensões no(s) feminismo(s). Apesar de compreendermos que o debate feminista acerca do trabalho sexual não se reduz a uma mera polarização de visões, isto é, existem muitas outras posições entre os ditos antagonismos, destacamos duas posições que influenciam em grande medida as teorias e práticas feministas. Acerca da prostituição o chamado

⁶ Além da dimensão moral, o autor ainda fala de outras dimensões que estão no bojo desta “onda conservadora”, a saber: econômica, securitária e interacional.

⁷ Conforme depreende-se da redação do artigo 228 do Código Penal Brasileiro que menciona o seguinte: “prostituição ou outra forma de exploração sexual”.

feminismo radical sustenta-se em uma perspectiva abolicionista ou neoabolicionista que concebe aquela prática como sendo uma forma de exploração sexual e, desse modo, trata-se de uma violência, e não um trabalho. Como uma das representações do domínio patriarcal sobre as mulheres, a prostituição é uma atividade que mercantiliza e objetifica os corpos, e assim, deve ser abolida, e as mulheres que a exercem, “salvas” (MacKinnon, 1982; Barry, 1994).

Neste ponto, vale atentarmos para as alianças que vez ou outra são estabelecidas entre conservadores religiosos e algumas feministas abolicionistas ao lidarem com o “problema” da prostituição, conforme nos mostra Elizabeth Bernstein (2007; 2010) em seus trabalhos. Inclusive, no primeiro artigo desta coletânea, as autoras refletem brevemente sobre os pontos em comum, mas também as divergências, que caracterizam o processo de mobilização dos discursos sobre criminalização da prostituição por parte dos conservadores religiosos e das feministas abolicionistas.

Desde um espaço acadêmico de produções científicas comprometidas com uma crítica feminista interseccional, temos defendido, por outro lado, a perspectiva de que a prostituição trata-se de um trabalho e a prostituta, neste caso, uma trabalhadora, uma sujeita política, uma sujeita de direitos, dentre estes, direitos sexuais e trabalhistas (Skackauskas & Olivar, 2010; Skackauskas, 2014; Barreto, 2015; Silva & Blanchette, 2017; Silva, 2021; Silva & Silva, 2020). Alianças, nos níveis local e/ou regional, têm sido feitas também entre grupos de feministas jovens e o movimento de prostitutas brasileiro, em suas diferentes formas organizativas, ou seja, em suas redes, associações, coletivos, etc. (Tavares, 2016).

Outrossim, destacamos o movimento organizado de prostitutas como espaço de articulação política no que se refere ao trabalho sexual. Fundado no ano de 1987 por Gabriela Leite e Lourdes Barreto, o movimento se constitui por três redes, a saber: Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais

(CUTS) e Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX). Às redes, se vinculam associações, coletivos ou grupos de mulheres trabalhadoras sexuais, cis e trans, que, nas diferentes regiões do país, tem travado lutas a fim de garantir acesso à saúde integral, melhoria das condições de trabalho, contra à violência policial, combate ao preconceito (Moraes, 1995; 2020; Barreto, 2008; 2015; Olivar, 2010; 2012; Tavares, 2016; Diniz, 2018; Guerra, 2019; Calabria, 2020).

Os textos que compõem este dossiê resultam de teses, dissertações ou trabalhos que se originaram de debates tecidos em comunicações orais⁸, pesquisas em andamento e outras já finalizadas. Reunimos ensaios teóricos, etnografias, estudo de caso, que, no geral, discutem sobre as articulações entre prostituição e feminismos, os sentidos que são conferidos (ou não) ao trabalho sexual, os aspectos mobilizados a fim de caracterizar as trocas realizadas nos mercados do sexo.

Os quatro primeiros artigos orientam uma reflexão que aborda os diferentes efeitos de poder que se observam no campo do trabalho sexual e que surgem da atuação de alguns atores sociais localizados em instâncias do Estado, em organizações religiosas, em movimentos sociais organizados, ou mesmo em uma parcela de pessoas conservadoras e moralistas que se apresentam “menos organizadas” (mas não menos perigosas).

O artigo de Carolina Bonomi de Menezes Guerra e Vanessa Figueiredo Lima traz uma análise do projeto de lei nº 377/2011, proposto pelo deputado federal João Campos, projeto este que, inspirado em um modelo de intervenção sobre a prostituição que foi implantado em fins da década de 1990 na Suécia, visa tipificar o crime de contratação de serviço sexual e penalizar quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza

⁸ Versões de alguns dos artigos que compõem o dossiê foram apresentadas na 31ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, ocorrida em Brasília no ano de 2018, especificamente no âmbito do Seminário Especial (SE 11), intitulado “Prostituição, tráfico de pessoas e mercados do sexo: desafios para uma agenda de direitos humanos em tempos de autoritarismo”, coordenado por Ana Paula da Silva, uma das editoras especiais do presente dossiê.

sexual, isto é, aquele que comumente se define como sendo o “cliente”. João Campos é um deputado federal da ala conservadora, foi autor do projeto da “Cura Gay”, e faz parte da chamada “bancada evangélica”, composta por empreendedores morais que têm promovido uma atuação especialmente acerca de questões de gênero e sexualidade.

Em “Proteger ou criminalizar? As ambiguidades do projeto de lei 377/2011 e seus impactos aos direitos das trabalhadoras sexuais”, são sumariados determinados processos históricos em torno da produção de políticas neoabolicionistas, precisamente, desde o pânico moral que, em fins do século XIX, girou em torno do que foi chamado de “escravidão branca” na Europa e Estados Unidos, até os debates mais recentes sobre turismo sexual e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, debates que ficaram mais em evidência com o aumento dos deslocamentos de pessoas entre países. Na esteira destes e de outros processos históricos está a conformação de duas visões antagônicas acerca da prostituição: a de que a prostituição se constitui como uma espécie de exploração sexual das mulheres, uma visão típica defendida pelas chamadas feministas radicais ou feministas abolicionistas, e uma outra posição que entende a prostituição como um trabalho. As autoras assinalam essas posições antagônicas demarcando os aspectos envolvidos na (re)produção das mesmas pelas feministas, principalmente, as feministas no Brasil.

As autoras elaboram uma discussão importante a respeito dos modos como o discurso da criminalização do cliente é acionado por determinados atores sociais, como por alguns segmentos do movimento feminista, e pelos conservadores religiosos, principalmente aqueles que ocupam mandatos legislativos. E o arremate do artigo se constitui no apontamento das possíveis consequências legais que envolvem a aprovação de um dispositivo legal que tipifique a contratação de serviços sexuais mediante pagamento. Com base em preceitos de uma Criminologia Crítica, defende-se a concepção de que o endurecimento das leis sobre prostituição tende a reforçar um

sistema punitivista com o encarceramento de homens pretos e pobres, e a condenar as mulheres que exercem o trabalho sexual ainda mais à clandestinidade e à pobreza.

Em “A “Putíssima Trindade”: dos fetiches e fantasias sexuais dos clientes à acusação de incentivo ao incesto e a pedofilia atribuída as trabalhadoras sexuais”, por meio de uma reflexão sobre a repercussão de um vídeo divulgado em 2017 e intitulado “Putíssima Trindade” em que Amara Moira, Monique Prada e Indianara Siqueira abordam temas relativos ao trabalho sexual e aos estigmas da profissão, Tiago Luís Coelho Vaz Silva reflete sobre o âmbito da esfera pública em que se dão os embates acerca da noção de prostituição. Parte-se da concepção de que o debate sobre a regulamentação laboral do trabalho sexual tem acirrado as tensões no campo, promovendo interações políticas situadas nos feminismos, contrários e favoráveis ao reconhecimento da prostituição como atividade profissional, situando, assim, as políticas antiprostituição ou abolicionistas, de um lado, e aspectos que permeiam a regulamentação laboral do trabalho sexual, de outro lado.

Ao abordar a respeito da configuração da arena política em que circulam os discursos sobre a prostituição, o autor ressalta a força que, ao longo dos anos, a perspectiva abolicionista tem tido certo destaque nas discussões sobre trabalho sexual remunerado, principalmente quando feministas com este posicionamento ocuparam espaços institucionais (como na época dos governos petistas, na esfera da Secretaria de Políticas para as Mulheres), e também quando da articulação com movimentos do feminismo transnacional, especialmente com a ligação de grupos do país com a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que surge nos anos 2000, e que enxerga a prostituição como uma opressão máxima da sociedade patriarcal e capitalista sobre as mulheres.

A concepção de que a prostituição é uma violência ou mesmo uma exploração constitui base dos ataques violentos feitos às trabalhadoras sexuais que aparecem no

vídeo “Putíssima Trindade” e que o autor descreve em seu artigo. As trabalhadoras foram acusadas de incentivar o incesto e a pedofilia. As acusações seguem a mesma perspectiva que busca associar prostituição à exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como a outras práticas abusivas associadas a “cultura do estupro”. A cena é representativa da disputa, marcada por hostilidades e violências contra as trabalhadoras sexuais.

Todavia, o movimento feminista não se constitui apenas de feministas abolicionistas (ainda bem). No texto, são identificadas vozes que divergem da postura dos grupos que se aproximam da visão da MMM, dando destaque para alguns coletivos que integram a Marcha das Vadias (MV) de Campinas e Rio de Janeiro, por exemplo. E ainda aponta para a incidência política do movimento organizado de prostitutas no Brasil que, desde a década de 1980, estabelece enfrentamentos em diversos espaços para que a prostituição seja reconhecida como uma profissão, além de outras demandas. Se valendo do que foi escrito por Monique Prada (2018), em seu livro *Putafeminista*, Tiago Vaz enxerga, neste campo político, o putafeminismo “enquanto estratégia de ação política que visa romper definitivamente com o estereótipo da vitimização e vulnerabilidade que cerca a prostituição – imagem esta reforçada pelo abolicionismo e bastante difundida pelos diferentes meios de comunicação e no senso comum”. A partir do putafeminismo, esta aproximação entre prostituição e feminismo, o autor chama a atenção para o ativismo das mulheres que exercem o trabalho sexual, e que não reivindicam apenas a regulamentação laboral do trabalho sexual, mas “atua contra as práticas de pedofilia, exploração sexual de crianças e adolescentes; contra a violência doméstica e todas as formas de violência sexual; contra o tráfico de pessoas, trabalho escravo e trabalho infantil”.

Thaddeus Gregory Blanchette escreve o texto intitulado “O poder de não dar: as relações do dom e bordéis”. O referido ensaio, baseado em mais de uma década de trabalho de campo etnográfico sobre a prostituição no Rio de Janeiro, parte do

conceito “trabalho de mulher” na luz das relações do dom, descritas por Marcel Mauss para entender por que as mulheres que vendem sexo muitas vezes optam por trabalhar em bordéis quando poderiam ganhar mais vendendo sexo de forma independente. O autor reflete acerca do “trabalho de mulher” que tradicionalmente faz parte de uma “economia da dádiva” maior de intercâmbios recíprocos e não-comerciais. Ademais, ao reificar, em sua concepção, determinados aspectos aos quais as mulheres tem sido historicamente relacionados, o “trabalho de mulher” é o tipo de trabalho que se espera que as mulheres realizem sem serem remuneradas, é o que se supõe ser “naturalmente” devido aos homens, ou o que poder-se-ia nomear de “trabalho por amor”.

O autor nos apresenta relatos etnográficos que inserem as trajetórias de suas interlocutoras em uma espécie de “triângulo do trabalho de mulher”: esposa e/ou filha em uma economia recíproca tradicional baseada no trabalho feminino não remunerado; “trabalho de mulheres” mal remunerado na economia de serviços; ou a venda comercial de sexo. E destas três opções, apenas o trabalho sexual remunerado foi compreendido, por aquelas mulheres que o exercem, como algo que oferece alguma perspectiva de mobilidade social e de vida independente como mulher e mãe solteira. “A decisão de trabalhar vendendo sexo significa algo concreto para essas mulheres em termos de possibilidades de ganhar o capital e, eventualmente, irem além do “trabalho de mulher”. Seja ou não bem sucedida, essa estratégia não pode ser compreendida como fruto de uma não-decisão, uma escolha sem sentido entre alternativas igualmente desagradáveis. Cada uma das três posições naquilo que chamamos de “o triângulo de trabalho de mulher” oferece oportunidades e riscos diferentes [...]”, afirma Blanchette.

Em outra parte do artigo, Thaddeus Blanchette se dedica a uma discussão em torno dos motivos pelos quais as mulheres optam por vender sexo em bordéis ao invés de fazê-lo de modo independente. O autor indica a complexidade da questão afirmando

não existir uma resposta única para tal. E quando a maioria de suas interlocutoras “dizem preferir ao trabalho independente porque o bordel oferece uma segurança maior”, Blanchette reflete acerca da ideia de segurança para além da estrutura de enfrentamento à violência misógina que os espaços organizados de prostituição oferecem. Abre-se uma discussão para os aspectos que sustentam a (não)reciprocidade dos bordéis.

Desenvolvendo, pois, este debate, o autor defende o argumento de que bordel fornece para as mulheres é um corte claro nas relações de reciprocidade implícitas no sexo no Ocidente. E nas palavras do autor: “Isso não é apenas uma garantia de que um cliente abusivo será expulso à força, se for necessário: é fornecer um apoio nas negações dos limites de reciprocidade, estabelecidas pelas trabalhadoras do sexo. Ao contrário do que acontece no sexo não-comercial, uma trabalhadora do sexo num bordel não precisa dar absolutamente nada para um homem após as relações sexuais. E, diferentemente do que acontece com uma profissional do sexo independente, esse relacionamento não precisa ser negociado ou policiado exclusivamente pela mulher: quando o tempo do cliente acaba no bordel, o tempo acaba. Se ele permanece por “mais um tempinho”, pedindo uma extensão gratuita, a casa automaticamente acrescentará isto à sua conta”. Neste sentido, os bordéis fornecem auxílio na gestão da reciprocidade presumida no ato sexual, servindo, por conseguinte, como “disjuntores” da reciprocidade para ambos os lados da relação de prostituição.

O quarto artigo deste dossiê foi escrito por Ana Paula Luna Sales. No texto, são analisados os usos das linguagens do amor e dos direitos nas ações missionárias de enfrentamento a “crimes sexuais” realizadas nos bares e boates dedicados a encontros transnacionais na Praia de Iracema, em Fortaleza. Para situar o leitor, o artigo trata precisamente das ações realizadas pela Missão Iris, um grupo missionário transnacional considerado especialista sobre a questão da prostituição dentre as redes evangélicas em Fortaleza, realizando ações na Praia de Iracema desde 2010. E a categoria “crimes

sexuais” foi elaborada pela autora em seu trabalho doutoral para se referir às categorias empíricas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, exploração sexual de crianças e adolescentes, “turismo sexual” e, às vezes, abuso sexual. A autora pondera que nem todas as categorias são tipificadas no Código Penal Brasileiro, mesmo que tratadas como crime em parte significativa do contexto analisado.

Aborda-se, no texto, a respeito de uma linguagem do amor missionária que articula gênero, sexualidade e conjugalidade, e que tem como efeito a impossibilidade do reconhecimento moral de prostitutas como sujeitos éticos. Nos diversos trânsitos da Praia de Iracema a narrativa do romance mostra-se hegemônica nas representações dos encontros transacionais ou casos de amor entre “gringos” e mulheres “nativas”. A autora observa que os grupos missionários mobilizam esta narrativa a partir de fundamentos cristãos que se baseiam em uma noção de feminilidade em que as categorias de gênero e sexualidade aparecem atreladas a uma moralidade dicotômica missionária, ou nos termos do “certo” ou do “errado”. A ideia de “amor cristão” abarca uma premissa de que o amor só seria legitimado pelo “final feliz” de um casamento heterossexual cristão, sendo classificada como uma dissidência sexual qualquer expressão de desejo fora deste modelo. Assim, a vitimização feminina é (re) produzida em qualquer prática sexual fora do matrimônio cristão, independente do consentimento.

Os discursos missionários a respeito do amor obliteram a multiplicidade das experiências emocionais das trabalhadoras do sexo nas boates. Por mais que as trabalhadoras do sexo acionassem essa linguagem do amor para narrar experiências afetivo-sexuais diversas, em busca de reconhecimento, aquelas mulheres não deixavam de experimentar outras formas de afeto e de desejo, e produzindo complexas relações de intimidade nos encontros transacionais ou fora deles, “enquanto o amor não vinha”. Em certa passagem do texto, a autora reconhece as interconexões com o conceito de economias sexuais, problematizado já há muito no âmbito da literatura sobre

intercâmbios sexuais. Luna Sales diz: “A sexualidade, ainda que eclipsada pela narrativa do amor romântico, continuava sendo um elemento relevante nas economias sexuais transnacionais de Fortaleza”.

Ao cabo, a autora observa que os limites ao reconhecimento de sujeitos éticos, relacionados à linguagem do amor, transbordam, porém, os discursos missionários, sendo partilhados também por alguns movimentos feministas quando estes não reconhecem legitimidade às diversas experiências da sexualidade nos trânsitos entre as esferas pública e privada. Não obstante a retórica de grupos missionários e de determinados coletivos feministas acerca do “respeito” às prostitutas, faz-se necessário refletir sobre os limites deste “respeito” e da gramática de direitos que estes grupos mobilizam no reconhecimento de sujeitos que articulam gênero e sexualidade de modo considerado “errado”.

A partir daqui, tem-se artigos que nos chamam para uma análise sobre as múltiplas interseccionalidades e seus atravessamentos nos mercados do sexo. Ao tocarem em outras modalidades que não são automaticamente associadas com a prostituição, essas produções nos convidam a refletir a respeito das intersecções entre marcadores sociais da diferença, como classe e “raça”, para pensar as alternativas de se “escapar” do pesado estigma que permeia o trabalho sexual remunerado. Os artigos enfatizam como determinados marcadores são importantes na lógica de quem vai ser classificada/o como trabalhadora sexual no contexto dos mercados do sexo.

No artigo “Regulação e plataformização do trabalho sexual no Brasil: o trabalho sexual indiretamente remunerado”, o foco se volta para uma análise da atividade de profissionais do sexo com o uso de aplicativos. Tendo em conta o grande impacto das tecnologias de comunicação via internet (redes sociais, aplicativos de mensagens de texto, áudio e vídeo) sobre o trabalho sexual, busca-se descrever como essa a tecnologia aliada a um modelo de intervenção abolicionista modifica a forma de

contratação de profissionais do sexo e criam modalidades de trabalho sexual, sendo no caso específico da pesquisa, as "hot-brocker" - *HB*, por exemplo. "Hot-brocker" se trata de uma expressão para denominar aquelas mulheres cujas atividades envolvem aluguel de espaços físicos, geralmente, um espaço de entretenimento, e trabalho sexual.

A profissional que se identifica nesta categoria é comumente remunerada por meio do pagamento de comissão pelo aluguel de espaços físicos, onde acontecem as chamadas "baladas liberais", além de venda de bebidas nos estabelecimentos, roupas e acessórios, e não diretamente pelo serviço sexual. O termo "balada liberal" quer sugerir "que as pessoas que frequentam a casa estão dispostas a fazer sexo sem compromisso, sem inibições, dentro da cultura local, "sem violência"". A atividade de *HB* tem uma fase totalmente virtual, em que, a partir de aplicativos, a profissional estabelece um relacionamento com o cliente/convidado, e outra fase presencial quando a *HB* recebe o seu convidado na "balada liberal". O sexo, realizado no que chamam de "sala íntima" ou "quartinho", é vendido de forma indireta, e a *HB* recebe pelo aluguel destes espaços em que se dão as relações sexuais.

O argumento da etnografia realizada por Roseli Bregantin Barbosa e Maria Tarcisa Silva Bega é o de que o modelo abolicionista no Brasil fomenta a sua "plataformização", ou o trabalho mediado por plataformas digitais, e o surgimento de novas modalidades de trabalho sexual.

O texto "Trabalhadoras do sexo "universitárias" em Campo Grande (MS): ambiente on-line, marcadores sociais da diferença e performatividade" reúne as reflexões de Carla Cristina Souza e Tiago Duque sobre os marcadores sociais da diferença e a performatividade de trabalhadoras do sexo "universitárias" em "anúncios" das plataformas on-line na cidade de Campo Grande (MS). O mote para a reflexão aqui desenvolvida foi a frase de uma de suas interlocutoras sobre o fato de que qualquer mulher poderia se autodenominar como "universitária" nas plataformas on-line de

prostituição: “É só colocar no seu anúncio que você é e pronto!”. Assim, os autores discutem sobre os marcadores sociais da diferença que, performativamente, aparecem presentes da constituição de uma trabalhadora do sexo “universitária”, ou aqueles marcadores sociais da diferença que são acionados para criar o imaginário desta categoria identificando o que chamam de “manipulações estratégicas da construção de si”.

Os autores compreendem que, para suas interlocutoras, quando elas se identificam enquanto estudantes “universitárias”, ocorre uma visibilidade e/ou valorização do seu perfil nos mercados do sexo. Além disso, observa-se que estas mulheres articulam determinados marcadores sociais, como o de gênero (“menininha”), classe (“patricinha”), cor/raça (“morena”) e escolaridade (“universitária”), que se interseccionam e produzem experiências diversas de performatividades no contexto de prostituição.

O se apresentar como “universitária” parece trazer mais possibilidades de agenciamento neste contexto, o que nos permite enxergar o trabalho sexual fora das visões sobre opressão defendidas pelas feministas abolicionistas. A partir desta noção da agência que sustenta os processos de “manipulação estratégica da construção de si”, Carla Cristina Souza e Tiago Duque situam sua contribuição para o dossiê e para os estudos sobre trabalho sexual de forma geral: “[...] a nossa contribuição é uma tentativa de desmistificação da prostituição como uma prática exclusivamente exploradora contra as mulheres; pelo contrário, ela é dotada de agenciamentos”.

“Nem trabalhadoras, nem prostitutas: estratégias discursivas de significação das relações entre as sugar babies e os sugar daddies” contempla discussão acerca do processo de ressignificação do trabalho da prostituição a partir da definição da atividade das chamadas *Sugar Babies*, meninas que propõem relacionamentos de trocas, acordadas previamente, e suas relações com a constituição histórica e discursiva

da prostituição enquanto trabalho estigmatizado ou, inclusive, como não trabalho. Buscando afastar o “fantasma” da prostituição, a vida Sugar é comumente tratada por sugar babies, sugar dadies e pelas plataformas que fazem a intermediação dos encontros entre estes homens e mulheres como sendo um estilo de vida que envolve relacionamentos com interesses mútuos. A fim de iniciar a compreensão das relações complexas neste campo, Caroline Rodrigues Silva, Juliana Cristina Teixeira, Eloisio Moulin de Souza e Chiara Gomes Constanzi realizaram uma pesquisa qualitativa e descritiva, que envolveu a realização de entrevista com uma estudante universitária que atua como *Sugar Baby*, além de pesquisas documentais envolvendo discursos contidos no site de relacionamento Meu Patrocínio (um dos principais sites do ramo), e reportagem televisiva a respeito da atividade.

Neste contexto, os autores nos mostram que “novos significados são postos, assim como novas personagens”, novas relações. São identificadas as estratégias discursivas que intentam promover o afastamento das relações sugar da significação de trabalho, embora a dimensão do trabalho ainda se destaque nos discursos da *Sugar* entrevistada. O site Meu Patrocínio, alinhado a uma concepção mercadológica, faz um investimento discursivo para negar a relação da atividade sugar com a significação da prostituição. A *sugar baby* entrevistada reproduz, em grande medida, o discurso do site, se colocando em uma posição de não prostituta e de uma mulher que não faz programa. A contrapelo, ela também significa a atividade de modo permeado pela ambiguidade já que, por vezes, reconhece que o que realiza é um trabalho, e ainda uma espécie de “prostituição implícita”.

Celebramos, portanto, a publicação deste conjunto de textos em um periódico da área de Administração, em que discussões sobre trabalho sexual pautadas em uma epistemologia feminista ainda são escassas. A contribuição trazida por estes textos não se restringe a este âmbito editorial. Ao contrário, acreditamos que os textos amplificam o debate no Brasil acerca do trabalho sexual, e colaboram sobremaneira para o

fortalecimento do campo de estudos de gênero e sexualidade em tempos tão sombrios e difíceis que vivemos neste país. Por isso, encerramos estas nossas palavras entoando o canto de Gal Costa: “É preciso estar atento e forte”. Que sigamos atentas e fortes.

REFERÊNCIAS

Agustín, Laura M. (2007). *Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry*. London: Zed Books.

Almeida, Ronaldo (2017). A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, 50, e175001.

Barreto, Leticia C. (2015). *Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Barreto, Leticia C. (2008). *Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Barry, Kathleen (1994). *The prostitution of sexuality*. New York: New York University Press.

Bernstein, Elizabeth (2010). Militarized humanitarianism meets carceral feminism: the politics of sex, rights, and freedom in contemporary antitrafficking campaigns. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 36(1), 45-71.

Bernstein, Elizabeth (2007). The sexual politics of the “new abolitionism”. *Differences*, 18(5), 128-151.

Blanchette, Thaddeus G., Silva, Ana P., & Bento, Andressa R. (2013). The myth of Maria and the imagining of sexual trafficking in Brazil. *Dialectical Anthropology*, 37(2), 195-227.

Calabria, Amanda M. (2020). *“Eu sou puta”: Lourdes Barreto, história de vida e movimento de prostitutas no Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Diniz, Andre G. R. (2018). *Notas “zoneadas” sobre política-de-putas em tempos de golpe: sobre o encontro com prostitutas que lutam e labutam na zona boêmia de BH*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Doezema, Jo (1999). Loose women or lost women? The re-emergence of the myth of White slavery in contemporary discourses of trafficking in women. *Gender Issues*, 18, 23-50.

Grant, Melissa G. (2021). *Dando uma de puta: a luta de classes das profissionais do sexo*. São Paulo: Autonomia Literária.

Guerra, Carolina B. M. (2019). *“Mulher da vida, é preciso falar”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

Juliano, Dolores (2005). El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. *Cadernos Pagu*, 25, 79-106.

Kempadoo, Kamala (2016). Revitalizando o imperialismo: campanhas contemporâneas contra o tráfico sexual e escravidão moderna. *Cadernos Pagu*, 47, e16478.

Kempadoo, Kamala (2005). Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, 25, 55-78.

Mackinnon, Catharine A. (1982). Feminism, marxism, method, and the State: an agenda for theory. *Signs*, 7(3), 515-544.

Maldonado-Torres, Nelson (2016). Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 75-97.

Moraes, Aparecida F. (2020). Gabriela Leite e mudanças nas práticas discursivas sobre prostituição no Brasil. *Estudos Históricos*, 33(70), 254-279.

Moraes, Aparecida F. (1995). *Mulheres da vila: prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis: Vozes.

Olivar, José M. N. (2012). Prostituição feminina e direitos sexuais... Diálogos possíveis? *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 11, 88-121.

Olivar, José M. N. (2010). *Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro militantes em Porto Alegre*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Piscitelli, Adriana (2016). Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*, 47, 132-162.

Piscitelli, Adriana (2013). *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Piscitelli, Adriana (2005). Apresentação: gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, 25, 7-23.

Prada, Monique (2018). *Putafeminista*. São Paulo: Veneta.

Silva, Ana P. (2021). Prefácio à edição brasileira. In Melissa G. Grant. *Dando uma de puta: a luta de classes das profissionais do sexo* (s.p.). São Paulo: Autonomia Literária.

Silva, Ana P. & Blanchette, Thaddeus G. (2017). Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. *Cadernos Pagu*, 50, e175019.

Silva, Ana P. & Blanchette, Thaddeus (2005). "Nossa Senhora da Help": sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. *Cadernos Pagu*, 25, 249-280.

Silva, Clara L. O. & Silva, Caroline R. (2020, 10 agosto). O vírus e as trabalhadoras sexuais na Guaicurus: breves notas sobre a resistência e a solidariedade em tempos de pandemia. *Nuevo Blog*. <https://nuevoblog.com/2020/08/10/o-virus-e-as-trabalhadoras-sexuais-na-guaicurus-breves-notas-sobre-a-resistencia-e-a-solidariedade-em-tempos-de-pandemia/>.

Skackauskas, Andreia (2014). *Prostituição, gênero e direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

Skackauskas, Andreia & Olivar, José M. N. (2010). Prostitutas, feministas e direitos sexuais – diálogos possíveis ou impossíveis? *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero*, Florianópolis, SC, Brasil, 9.

Sprandel, Marcia A. (2016). "Vou pra rua e bebo a tempestade": observações sobre os dissabores do guarda-chuva do tráfico de pessoas no Brasil. *Cadernos Pagu*, 47, e16479.

Tavares, Aline G. C. (2016). Movimento feminista em disputa: paradoxos entre discursos nacionais e práticas regionais acerca do tema da prostituição no Brasil. In Magdalena Valdivieso, Aline G. C. Tavares, Jéssica Báez, Martín Jaime, Lázaro Chávez, Ana L. Giorgi, Roxana Viruez, Anais López, Mireya Sánchez, & Teresa Díaz Canals. *Movimientos de mujeres y lucha feminista en América Latina y el Caribe*. (pp. 17-72). Buenos Aires: Clacso.

Zelizer, Viviana A. (2011). *A negociação da intimidade*. Petrópolis: Vozes.

TECENDO NARRATIVAS SOBRE O TRABALHO SEXUAL NO BRASIL

Resumo

Este texto apresenta o dossiê “Trabalho sexual: uma discussão sobre direitos, políticas e práticas”. Semelhante dossiê foi organizado a fim de oportunizar uma reflexão sobre os aspectos concretos e simbólicos que caracterizam o trabalho sexual, e como tais aspectos se articulam a diferentes modos de se fazer política em um campo em que estão em jogo direitos trabalhistas, direitos sexuais e direitos ao corpo. Os artigos que responderam a esta chamada abordam temas que conferem matizes diversos ao debate a respeito dos mercados do sexo. Especificamente a presente coletânea contribui para a compreensão da(s) (res)significações formuladas sobre a prostituição, uma das práticas dos mercados do sexo, e como aquelas são lastreadas pelos marcadores sociais da diferença. Além disso, os textos possibilitam pensarmos sobre as múltiplas relações e disputas que se dão no campo da prostituição, e as implicações das mesmas na mobilização dos direitos por diferentes atores sociais.

Palavras-chave

Trabalho sexual. Mercados do sexo. Políticas. Práticas. Direitos.

TEJIENDO NARRATIVAS SOBRE EL TRABAJO SEXUAL EN BRASIL

Resumen

Este texto presenta el dossier “Trabajo sexual: una discusión sobre derechos, políticas y prácticas”. Este dossier se organizó con el objetivo de brindar una oportunidad de reflexión sobre los aspectos concretos y simbólicos que caracterizan al trabajo sexual, y cómo estos aspectos se articulan con diferentes formas de hacer política en un ámbito donde se juegan los derechos laborales, los derechos sexuales y los derechos sexuales, el cuerpo. Los artículos que respondieron a esta convocatoria abordan temas que dan diferentes matices al debate sobre los mercados del sexo. Específicamente, esta colección contribuye a la comprensión de las resignificaciones formuladas sobre la prostitución, una de las prácticas de los mercados sexuales, y cómo estas se sustentan en marcadores sociales de diferencia. Además, los textos permiten reflexionar sobre las múltiples relaciones y disputas que se desarrollan en el ámbito de la prostitución, y sus implicaciones para la movilización de derechos por parte de diferentes actores sociales.

Palabras clave

Trabajo sexual. Mercados sexuales. Políticas. Prácticas. Derechos.

WEAVING NARRATIVES ABOUT SEX WORK IN BRAZIL

Abstract

This text presents the dossier "Sexual work: a discussion on rights, policies and practices". This dossier was organized in order to provide an opportunity for reflection on the concrete and symbolic aspects that characterize sex work, and how these aspects are articulated with different ways of making politics in a field where labor rights, sexual rights and rights are at stake to the body. The articles that responded to this call address themes that give different shades to the debate about sex markets. Specifically, this collection contributes to the understanding of the resignifications formulated about prostitution, one of the practices of sex markets, and how those are supported by social markers of difference. Furthermore, the texts allow us to think about the multiple relationships and disputes that take place in the field of prostitution, and their implications for the mobilization of rights by different social actors.

Keywords

Sex work. Sex markets. Policies. Practices. Rights.

CONTRIBUIÇÃO

Clara Luisa Oliveira Silva

A autora declara que trabalhou conjuntamente com as demais autoras na elaboração deste texto e no trabalho editorial do dossiê temático.

Ana Paula da Silva

A autora declara que trabalhou conjuntamente com as demais autoras na elaboração deste texto e no trabalho editorial do dossiê temático.

Andreia Skackauskas Vaz de Mello

A autora declara que trabalhou conjuntamente com as demais autoras na elaboração deste texto e no trabalho editorial do dossiê temático.

Leticia Cardoso Barreto

A autora declara que trabalhou conjuntamente com as demais autoras na elaboração deste texto e no trabalho editorial do dossiê temático.

AGRADECIMENTOS

-

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

As autoras declaram que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

As autoras declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Silva, Clara L. O., Silva, Ana P., Mello, Andreia S. V., & Barreto, Letícia C. (2021). Tecendo narrativas sobre o trabalho sexual no Brasil. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(23), 690-715.